

14 JUL 1987

Contra o incitamento a saques e as ofensas a Sarney, a Lei de Segurança Nacional.

JORNAL DA TARDE

A Superintendência da Polícia Federal em São Paulo abriu ontem inquérito para apurar as declarações públicas de incitamento aos saques e depredações, feitas por dirigentes do PC do B, do PT e da CUT, sendo as destas duas últimas entidades agravadas por ofensas ao presidente José Sarney, durante o comício pelas Diretas Já domingo na praça da Sé, em São Paulo.

Ao dar a informação, em Brasília, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, informou que o inquérito, presidido pelo delegado Jaime Sirio, não tem prazo determinado para encerrar e as investigações podem concluir pelo indiciamento dos culpados na Lei de Segurança Nacional. Os fatos envolvem dirigentes do PC do B, o presidente do PT de São Paulo, Djalma Bom, o presidente da CUT estadual, Jorge Coelho, e o presidente nacional da entidade, Jair Meneguelli. Além das ofensas pessoais ao presidente Sarney, eles incitaram os trabalhadores paulistas a praticarem o quebra-quebra dos ônibus, no próximo dia 25, quando haverá aumento das passagens.

Existem determinados segmentos que ainda não chegaram a ser apresentados à democracia e

ficam estimulando essa prática ilícita", disse o ministro.

O porta-voz da presidência da República, Antônio Frota Neto, considerou "uma provocação e uma indução ao crime" as diversas declarações atribuídas às lideranças políticas e sindicais na manifestação pelas diretas em 1988, realizada domingo em São Paulo. Para esses casos, disse que "existe o rito da lei que se fizer necessário".

Sem querer comentar a posição do Palácio do Planalto, Frota Neto disse que as ofensas pessoais ao presidente Sarney, durante o comício, "estão no nível de civildade", enquanto o incitamento a atos violentos "estão no nível da cidadania. E numa democracia", acrescentou, "a civildade e a cidadania são princípios fundamentais dos direitos e deveres do cidadão e da vida em sociedade".

"Não é caso de Lei de Segurança Nacional mas de Código Penal", disse o líder do PDS, deputado Amaral Neto, sobre o comício pró-diretas de São Paulo, em que líderes do PT e da CUT apoiaram o quebra-quebra contra o aumento das tarifas de ônibus e dirigiram passados ataques ao presidente José Sarney.

"Foi um crime, porque aprovou a prática de crime. Todos reconhecemos que há um estado de miséria e fome nos estratos inferiores da população. O que ninguém pode é estimular a prática do saque. É uma loucura, não tem limite, você vai nisso até onde quer", concluiu o deputado fluminense.

Já o deputado federal Guilherme Afif Domingos afirmou, em Diadema, onde fez uma palestra para aproximadamente 200 empresários, que o Partido Liberal não participou domingo do comício pelas diretas do PT em represália ao que chamou de posição radical de membros do diretório do partido em São Paulo, que incentivaram, na última sexta-feira, o saque a micros e pequenos estabelecimentos comerciais.

Agressão a Sarney

O delegado Carlos Mandim, presidente do inquérito aberto pela Superintendência da Polícia Federal do Rio de Janeiro, para investigar as agressões contra o presidente José Sarney no dia 25 de junho, na praça XV, chegará amanhã a Brasília para colher os depoimentos dos deputados Gustavo Farias (PMDB-RJ), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e Adolfo de Oliveira

(PL-RJ), que estavam na comitiva presidencial quando ocorreu o incidente.

Segundo o ministro da Justiça, Paulo Brossard, foram ouvidas mais cinco pessoas ligadas à diretoria da Associação dos Servidores do IBGE, que estavam na manifestação. O ministro, contudo, não soube informar sobre o teor dos depoimentos. Brossard disse que o delegado Carlos Mandim ouvirá também os homens da segurança do presidente.

Com os depoimentos dos parlamentares, a Polícia Federal espera colher mais informações sobre o homem que, empunhando uma picareta, quebrou os vidros da janela do ônibus que conduzia o presidente. O próximo depoimento a ser colhido no Rio é de Cláudio Felipetta Feitosa, cuja vinculação com partidos políticos ou entidades ainda é desconhecida.

Em Brasília, a 11ª Circunscrição da Justiça Militar absolveu ontem, por insuficiência de provas, o massagista Cleber Duarte, de 26 anos, da acusação de ter depredado e incendiado um microônibus do Ministério do Exército, durante as manifestações contra o Plano Cruzado II, ocorridas em Brasília, no dia 27 de novembro do ano pas-